

ARTIGO

DELFIN NETTO, LAURO CAMPOS E AS VENTURAS E DESVENTURAS DA GLOBALIZAÇÃO: a questão do capital especulativo

*Gilson Dantas de Santana**

RESUMO: o trabalho pretende realizar uma série de considerações sobre o processo de globalização e as suas implicações no processo de desenvolvimento em países como o Brasil.

PALAVRAS-CHAVE: globalização, especulação financeira, capital especulativo

Introdução

Delfim Netto, em texto de sua autoria publicado recentemente na *Folha de São Paulo* (15/11/2000), avaliou a globalização como um processo que apresenta duas faces benéficas e uma terceira problemática. A liberdade e mundialização do comércio e dos investimentos diretos seriam as faces positivas da globalização; já a liberdade do movimento de capitais seria o problema. Delfim Netto é francamente a favor das duas primeiras e crítico da terceira. A desenfreada movimentação de capitais e sua volatilidade, a seu ver, seriam particularmente perniciosas para os “países em vias de desenvolvimento econômico”: contribuiriam para desencadear crises incontroláveis.

* Doutorando em sociologia pela UnB. Professor da Universidade Federal de Goiás. Proposta de *paper*.

Em suas palavras:

“Há sólidas razões teóricas e imensa confirmação empírica das vantagens da livre movimentação de mercadorias e fatores. Liberdade de comércio e investimento direto são, comprovadamente, benéficos para todos os países. A globalização atual tem, entretanto, três faces: o comércio, o investimento direto e a liberdade desabrida do movimento de capitais. Para ter uma idéia das mudanças que ocorreram depois de 1973, quando Nixon desvalorizou o dólar e a crise do petróleo acelerou a criação do mercado de eurodólar, basta ver o seguinte: entre 1973 e 1999, o comércio mundial cresceu 13 vezes, enquanto as transações financeiras de todas as naturezas cresceram 74 vezes. Hoje, elas atingem 1,1 trilhão de dólares por dia (o dobro do PIB brasileiro anual), 40 vezes maior do que o comércio diário. O comércio de mercadorias representa em torno de 2,5% do movimento dos capitais.

Não há, até hoje, teoria com hipóteses críveis ou comprovação empírica sólida de que essa desabrida movimentação de capitais especulativos seja muito útil para os países em via de desenvolvimento econômico. Há, entretanto, sérias suspeitas de que sua volatilidade e seu comportamento de “manada” sejam coadjuvantes importantes das suas crises, e é preciso confessar que não sabemos como controlá-los. Para esses países, pelo menos, parece tratar-se de ideologia contrabandeada, escondida como boa ciência dentro das duas faces positivas da globalização”¹.

Esta questão das faces positivas e da face negativa da globalização será alvo, neste artigo, de algumas considerações a partir daqueles argumentos de Delfim Netto. Valendo lembrar de que não se trata aqui, em todo caso, de por em discussão o pensamento daquele autor. Vamos tomá-lo como representação incidental de uma concepção recorrente na Academia e amplamente hegemônica na mídia (além de comparecer, expressivamente, em setores da esquerda). Estamos nos referindo a uma

¹ NETTO, Antonio Delfim, *Liberdade para os capitais*. Folha de São Paulo, São Paulo, 15 nov. 2000, p.2-1.

concepção que pretende criticar mais ou menos severamente o capital financeiro mas, ao mesmo tempo, tende a fundar estratégias de desenvolvimento de países dependentes - caso brasileiro - na atração do grande capital internacional produtivo, na decisiva associação com ele².

A título de contra-argumentação, pretendemos recuperar algumas idéias, a partir do corpo teórico de Lauro Campos, que evidenciam o quanto é problemática não apenas aquela concepção que se limita a ver basicamente um defeito relevante na globalização (o da liberdade para o capital especulativo), mas que tende, ao mesmo tempo, a idealizar o “outro” capital, o produtivo.

Em primeiro lugar, entretanto, vale mencionar determinada questão metodológica. Delfim Netto - assim como tantos economistas da ordem estabelecida³ - via de regra, toma a crise do sistema como conjuntural⁴. Vamos chamar a atenção para uma reflexão oposta: sem um

² Um exemplo deste tipo de ponto-de-vista é o de Lidia Goldenstein, citada por Sotelo. Falando sobre o capital estrangeiro e defendendo um “novo paradigma de desenvolvimento”, Goldenstein argumenta que “se requer abrir a economia ao capital estrangeiro para assegurar sua estabilização. Impõe-se assim, um novo ‘modelo’ econômico no Brasil fundado no seguinte: a) na globalização, b) na abertura externa, c) na privatização e d) na estabilização, para restabelecer os fluxos de capital estrangeiro, principalmente produtivo, como eixos de um ‘círculo virtuoso’ capaz de gerar e restabelecer novos ‘equilíbrios macroeconômicos’ que conduzam à ‘recuperação do crescimento’” (Sotelo, 2000).

³ Delfim Netto, como se sabe, além de acadêmico, foi ministro da ditadura militar nos anos 70, e atualmente é quadro de direção do partido malufista (PPB), sendo recorrentemente ouvido pela imprensa econômica especializada na condição de autoridade sobre política econômica; colabora, como colunista econômico, em várias publicações da grande imprensa.

⁴ Recuperando argumento de Bambirra ao criticar as análises da CEPAL sobre a crise brasileira do início dos anos 70, que padeciam de erro similar: “A crise é enfocada como uma crise *conjuntural* e não como uma crise do sistema em seu conjunto, por tanto “remediável”, o que leva a negar os prognósticos mais pessimistas, pelo menos naquele momento, com base na idéia de que eles não podem ser demonstrados” (Bambirra, 1974: 6). Grifo nosso. Análise muito presa à conjuntura e sem outras amarras, pode terminar se constituindo em uma peça frágil, efêmera, incapaz de prever cenários mais firmes; um exemplo recente colhido em artigo do próprio Delfim Netto é o da Tailândia. Os economistas do Banco Mundial publicaram, no segundo semestre de 1996, um livro, “O milagre econômico tailandês”, que era só elogios à

entendimento dos fundamentos da crise, da sua natureza, haverá enorme dificuldade para imaginar cenários, perspectivas ou tendências do processo, assim como se vai tender a avaliações ecléticas ou tipo colcha de retalhos (“lado bom e lado ruim” das coisas). E pode-se resvalar para um tipo de postura analítica, que termina sendo a de Netto e a do conjunto do “pensamento único” que domina as análises econômicas de mais visibilidade na mídia. Ou seja, um tipo de análise que, no fundo, termina por *justificar* o tipo de funcionamento ou de desenvolvimento capitalista realmente existente, muito mais do que tende a *explicá-lo*. O risco, aqui, portanto, é o de escorregar para o economicismo vulgar⁵.

O enfoque de Campos é diametralmente oposto. Toma o grande capital especulativo⁶ como inseparável do chamado capital produtivo (este visto como capital alocado em investimentos diretos, produtivos), e, ao mesmo tempo, chama a atenção para aspectos essenciais da crise – crise completa e estrutural do sistema - que, tomados em sua profundidade, revelam os problemas e impasses do grande capital na economia produtiva, assim como a dinâmica inexorável e explosiva do capital financeiro, especulativo.

economia tailandesa e ali não via problemas. Seis meses depois os mesmos burocratas tiveram que constatar o desastre, o começo do fim do milagre, os sérios problemas daquele país; é o próprio Netto que cita este exemplo (Netto, 1997b: 17).

⁵ Um exemplo desse tipo de conjunturalismo, ou de análise de superfície, vem do próprio Netto, da sua assumida impotência em explicar algo, que vá além da crise de momento: “Os economistas *não* sabem com precisão o que estimula um ataque a uma moeda supostamente sobrevalorizada. Os modelos construídos a partir de cada nova experiência resistem *apenas até a ocorrência de um novo caso* quando ele se mostra incapaz de ‘explicá-lo’. É assim que avança o conhecimento *científico*. Uma coisa parece certa: o ataque é consequência de uma série de condições cumulativas, a mais importante das quais é a percepção do mercado de que o país não tem disposição política (às vésperas de uma eleição) ou incorrerá em custos econômicos formidáveis (pela fragilidade do seu sistema bancário), com o aumento substancial da taxa de juro necessário para defender a moeda’ (Netto: 1997). Grifo nosso.

⁶ Capital especulativo (assim como capital financeiro e capital fictício) será aqui tomado dentro daquela concepção de síntese dos vários capitais ou como capital hegemônico em relação ao capital industrial, comercial, capital a juros e capital especulativo parasitário. Ver conceituação mais detalhada em Carcanholo (Carcanholo; Nakatani, 1998: 315).

Lado negativo ou natureza da globalização?

Do que se depreende do texto de Netto, a globalização seria uma ventura completa se o capital especulativo pudesse ser controlado em sua “desabrida movimentação”, em seu “comportamento de manada”; ou seja, se o capital produtivo, o capital dos investimentos diretos, tivesse toda liberdade, mas o especulativo, o fictício, em contrapartida, fôsse controlado. Ou seja: aproveita-se um lado da globalização, combate-se o outro. Combate-se a especulação, severamente criticada por praticamente todos os analistas e comentadores da globalização, desde Mercadante ao próprio Fernando Henrique Cardoso, ou do *Le Monde* ao *Correio Braziliense*, à *Folha de São Paulo*. Todos se posicionam criticamente diante dos excessos especulativos de uma imensa quantidade de capital *quente*, capital-fictício atraído por juros altos, por ganhos fáceis longe da produção.

Portanto, uma primeira questão que se coloca, para que se possa ir um pouco além da crise de conjuntura, é a da origem dessa massa atordoante de capital especulativo que gira pela economia mundial (37 trilhões de dólares segundo Toussaint⁷).

Sem entrarmos em discussões genéricas ou mais sistemáticas sobre esta questão, que aqui tampouco caberiam, mas, em todo caso, vale recuperar - com Lauro Campos - aquilo que seria uma certa trajetória do capital produtivo no século XX, em particular alguns aspectos sobre a disjuntiva que se expressou no *crack* de 1929 (o impasse ou esgotamento histórico que ali se estabeleceu) e a relação do Estado nacional - sobretudo o norte-americano - na construção do atual *statu quo* onde a agiotagem internacional hegemônica a economia capitalista e o próprio capital produtivo.

O capital chamado produtivo (e, por extensão o conjunto da economia produtiva realmente existente), encontra-se prisioneiro de uma crise que alcançou o sistema capitalista em 1929. Naquele ponto do seu

⁷ Ver dados nas tabelas e na p.35 do livro *O Brasil endividado* (Gonçalves;Pomar: 2000)

funcionamento, o sistema, a economia real, esbarrou num dos seus limites, que já fora tematizado por Marx. Ou seja: ali se manifestou, de forma eloqüente a incapacidade do capitalismo de encontrar indefinidamente espaço para realizar, vender, suas mercadorias, estoques de bens duráveis e de luxo que uma industrialização cada vez mais produtiva ia lançando no mercado. Eis o impasse: como continuar funcionando tendo como pólo dinâmico o mercado de bens duráveis? Centrada nestes produtos, a economia capitalista não sairia da crise, não reencontraria sua dinâmica anterior. Através deles já não conseguiu sair da crise (porque não era mais possível); em outras palavras, aquele mercado só voltou a crescer ou alcançar um dinamismo – em todo caso marginal – depois que o sistema reagiu por outro lado pela via da economia destrutiva.

O PIB norte-americano – do país que progressivamente se impôs como locomotiva do sistema – só voltou aos patamares de 29 por volta da Segunda Guerra Mundial (agora apoiado na indústria de guerra). Na época em que a Alemanha *aqueceu* sua economia para sair do desemprego maciço para o pleno emprego (pré-Segunda Guerra), fez isso, como se sabe, através da indústria bélica e da utilização da dívida pública como alavanca propulsora da acumulação destrutiva capitalista. Assim, alcançou, em 1939, o pleno emprego. Durante a primeira fase do *boom* alemão, os EUA estavam mergulhados no desemprego em massa. Rapidamente os EUA entram na *onda* alemã: pela via da indústria bélica, alcançam o pleno emprego nas vésperas da II Guerra. Nestes termos, então, dá para continuar falando, *sensu strictu* de um sistema movido a capital produtivo.

Campos analisa este fenômeno (o limite para a economia produtiva continuar à cabeça da economia real, como pólo dinâmico) em várias obras⁸, sustentando a argumentação de que para além daquela crise o grande capital já não pôde mais contar, como sua área mais lucrativa, com

⁸ Desde antes do seu *A crise da ideologia keynesiana* (1980) ele elabora estas e outras idéias que percorrem diversas publicações dos anos 80, 90 e que, em parte, serão sistematizadas no seu mais recente livro, o primeiro volume de *A crise completa*, pela Editora Boitempo, no prelo.

a de bens duráveis e de luxo, como vinha sendo até então, até aquele paroxismo de crise de sobreacumulação do capital e de mercadorias⁹. Para ilustrar: de 1929 para 1931, a produção de carros nos EUA caiu de 5,3 milhões de unidades para menos de 1 milhão de carros (Campos, 1999: 15).

Este dado é fundamental quando se venha a falar do grande capital internacional em sua dimensão produtiva, de investimento industrial (em termos de bens duráveis, de luxo ou mesmo bens de capital). Aquele investimento não tem se revelado como pólo dinâmico das economias cêntricas¹⁰; e este é um ponto que, em que pese suas eloqüentes implicações, não tem merecido a mínima consideração nas análises econômicas correntes.

A perspectiva do sistema diante daquela insuficiência de demanda, caso ela fosse mantida, seria catastrófica. Seria de crise global: deflação, queda da taxa de lucro, contração do volume de produção e do emprego em grande escala. A reação do sistema para sair daquele impasse é conhecida: o governo passou a intervir decisivamente (e keynesianamente) na economia: o governo passou a emitir dinheiro, dinheiro estatal, para gastar com trabalho improdutivo, estradas, estádios, produtos bélicos e similares, produtos comprados apenas pelo governo (que Campos qualifica como não-mercadorias, isto é, não-meios de produção e não-meios-de-consumo).

Este movimento sugere uma mudança qualitativa no sistema. O Estado gastador entra em cena, por um lado comprando, salvando uma

⁹ “A capacidade desenvolvida pela tecnologia capitalista é fantástica e está permanentemente revolucionando as forças produtivas e aumentando a produção, mas sem criar as condições sociais para a venda dessa produção crescente” (Campos, 2000: 105).

¹⁰ É de José Luís Fiori, estudioso do assunto, o dado de que nos últimos 15 anos “os mercados de títulos públicos tornaram-se um dos segmentos mais ativos do mercado financeiro internacional, só superado pelas operações cambiais. Por isso, os autores dessa coletânea consideram que, se a alta das taxas de juros obedeceu inicialmente a objetivos deflacionários, já faz tempo que elas se transformaram em peça essencial do novo modo de regulação internacional imposto pela desregulação das finanças” (Fiori: 1995:5).

burguesia que, de outra forma, iria à quebra, e, ao mesmo tempo, vendendo, emitindo papéis públicos (a juros) para impedir um efeito colateral daquelas emissões, a inflação; portanto, para enxugar parte daquele dinheiro emitido pelo próprio Estado. O impacto final é o aumento exponencial da dívida pública.

É como se o crédito se tivesse transformado na salvação do sistema. O governo vai tendo que gastar além dos limites de sua capacidade de emissão (em termos de lastro-ouro), e cuidando de neutralizar a inflação daí decorrente via oferta de juros altos nos seus papéis públicos para o capital especulativo. O que importa é que o setor industrial de ponta, o setor bélico, espacial, etc., não pode parar. É dentro desse processo que, em 1971, Nixon rompe com o lastro-ouro. Para poder continuar emitindo e promovendo gastos militares sem se preocupar de que a cada dólar emitido o Tesouro Nacional tenha que dispor de x gramas de ouro. Entra em curso a crise da dívida pública.

A dinâmica daqueles papéis do governo (dos quais o grande capital financeiro é ávido) é o processo que explica, em parte, a estagflação, a baixa inflação nas economias cêntricas. Na realidade, o aumento dos investimentos em capital fictício inibe os investimentos em capital produtivo, o que revela, por sua vez, que a economia capitalista está fragilizada em sua dinâmica, pois mais inversões produtivas implicam em baixa na taxa de lucro. Junto com isso há o processo básico, na economia real, que não comporta grandes investimentos (sem demanda à altura); além dos impasses para que se possa seguir com aquele ritmo acelerado de endividamento público.

A dívida pública cumpre, nesse processo, o papel da *esponja* que impede que as tendências altamente inflacionárias do sistema atual aflorem, se traduzam em inflação aberta. Em suma, a dívida externa, por conta da emissão dos papéis do governo, termina sendo um captador de dólares que de outra forma estariam circulando e inflacionando o mercado. A juros altos, esses papéis são atraentes para o investidor e para o consumidor potencial. Sem essa forma de dívida pública haveria inflação galopante no sistema. Se a dívida pública não crescer a inflação cresce;

a dívida de Estado cresce para que a inflação não cresça.

E os ganhos especulativos vão se tornando muito mais atraentes do que ganhos na produção. Como argumenta Souza: “a participação dos bancos na renda mundial aumentou de 1,5% em 1965 para 29,4% no final da década de 80” (Souza, 1995:29). Diante da crise na produção de mercadorias (1929) vai-se buscar ganhos na economia destrutiva e ganhos – simultâneos e crescentes – na agiotagem, na compra de papéis do governo.

“Marx previu que o capitalismo ‘sobreviverá a si mesmo’, deixará de desenvolver as forças produtivas e passará a desenvolver as forças destrutivas. Entrará na senilidade. O lucro real, produzido pelo trabalho humano, passou a ser produzido no dinheiro, no papel-moeda inconvertível com o qual o governo paga as não-mercadorias por um preço altamente lucrativo. À taxa de lucro real, produzida na produção, se soma o lucro aparente, produzido no papel-moeda que o governo instila na circulação ao pagar funcionários, ao pagar indústrias bélicas, ao sustentar os gastos espaciais e as pesquisas correspondentes” (Campos, 2000:170). Estourando, assim, as finanças públicas. E elevando a sobreacumulação do capital nas Bolsas, na compra de títulos da dívida pública, em fundos de pensão.

Ao desenvolver ao máximo as forças produtivas, o capitalismo entrou em crise “e passou a desenvolver as forças improdutivas e destrutivas; porém altamente remuneradas. E, para que fossem bem remuneradas e dessem bastante lucro, esses setores, que atraíam mais capitais, retiravam recursos que poderiam ser investidos em alimentos, em roupas, em carros, em qualquer coisa, atraindo-os para o setor mais lucrativo, que passou a ser o bélico, o espacial, os setores destrutivos necessários ao capitalismo” (Campos, 2000:173).

E aqui é essencial, como faz Theotônio dos Santos: “constatar a mudança no caráter desses gastos militares cada vez mais orientados para a pesquisa e desenvolvimento de ponta. As indústrias aeroespacial e computadores pesados dependem essencialmente desses gastos. A *Strategic Defense Initiative (SDI) ou guerra nas estrelas*, iniciada em

1983, tentou recuperar para os EUA um papel proeminente nas tecnologias de ponta, tais como os lasers e a fibra ótica, novos materiais, defesa aérea e espacial, controle de tráfego de aviões, medicina e biotecnologia” (Santos, 1993: p.34).

Temos o Estado no papel de comprador, gastador, institucionalizando o déficit público permanente, inserindo-se no centro da economia para desempenhar seu papel anticíclico, introduzindo a economia de guerra em lugar da outra, da produtiva, que chegara ao seu esgotamento como pólo dinâmico¹¹.

A base do problema é a já citada: há uma capacidade de produção - da produção convencional, de bens duráveis, de automóveis por exemplo - que precisa continuar, elevar seu dinamismo, mas que esbarra nos limites do mercado. Por si só nem aquele setor, nem o conjunto da economia produtiva, conseguem ser o dínamo do processo de crescimento econômico e da acumulação do capital. Nem mesmo com o crédito ao consumidor, ou com as exportações. Ou seja, mercados se expandem, mesmo em certos nichos de países da América Latina, dos chamados *emergentes*, mas a capacidade produtiva global, centrada nas metrópoles, vai bem adiante do mercado, baseada numa produtividade altíssima. O mercado não acompanha a produção.

A tendência do sistema, daquele capital acumulado, vai ser a de forçar uma saída pela via do Estado. Para aquele capital acumulado, para aquela capacidade produtiva formidável, resta o Estado: lhe convém que o Estado venha a funcionar como o grande comprador, empreiteiro, que venha a converter-se na “alternativa” a um mercado que, especialmente desde a crise de 1929, já não cresce no ritmo da acumulação do capital

¹¹ O fim da chamada Guerra Fria pode ter trazido mudanças no perfil dos gastos de guerra norte-americanos, mas não parece que tenham sido mudanças essenciais: “Com um orçamento militar atual de 270 bi de dólares, o governo norte-americano gasta com as forças armadas, sob Bill Clinton, mais do que Lyndon Johnson gastava em 1965 e R. Nixon em 1975. Os gastos militares americanos são hoje, três vezes maiores do que os da Rússia e quase duas vezes a soma dos gastos da Grã Bretanha, França, Alemanha e Japão. São, também, 39% dos gastos militares de todos os países, que somam 680 bi de dólares – quase o PIB do Brasil! (Sem autor, 1997b: 70).

e da capacidade industrial, produtiva. E “ é esse excesso de acumulação de capital que está provocando a crise de nosso mundo e de nossa sociedade” (Campos, 1996: p.81). Uma crise vai se sobrepondo à outra, desde aquele grande impasse do sistema nos anos 30.

Resumindo, a economia de guerra entra, na década de 30, como substituto, o único substituto que o sistema encontra, para o impasse na economia de bens duráveis¹². Isto valeu para Hitler, para Mussolini, para todos eles, para Roosevelt também. Keynes vai aconselhar os governos neste sentido: apenas com gastos produtivos, com a economia produtiva, o sistema não se mantém; os lucros mais altos não estão – nem estariam mais – ali. Estarão no setor de armamentos, na economia improdutiva, desde que para estes aparecesse um “mercado comprador”. O Estado keynesiano é o próprio.

A nova dinâmica tem como característica, dentre outras, a de um governo que fabrica o déficit público crônico e crescente, nutre o capital financeiro através da oferta de juros altos para seus papéis, para os bônus do governo que este vai tendo que emitir para enxugar a base inflacionária. A dívida pública vai às nuvens. O capital especulativo comanda o *show*. O Estado está a ele hipotecado, o “capital financeiro converteu o Estado no sustentáculo por excelência da especulação” (Marini; Millán, 1995: 27).

¹² “Fingimos que existem uma crise da saúde, uma crise da educação, das estradas, da dívida pública, ou seja, pequenas crises, para iludir o povo no sentido de que, tapando esses pequenos buracos, tudo mais irá bem. Mas a grande crise, a crise principal permanece. Trata-se da crise sobre a qual Keynes e Marx falaram: a crise fulcral do modo de produção capitalista, a crise de sobreacumulação que Keynes enxergou, em 1929, nos Estados Unidos. Por isso ele aconselhou a desacumular por meio da dissipação bélica, espacial, organizada pelo Estado e remunerada. Essa solução chegou ao fim, e não temos sequer a coragem de dizer que nos encontramos, já há muito tempo, numa sobreacumulação de capital, de sorte que o processo produtivo, a não ser em pequenos setores, não aguenta mais investimentos adicionais, a não ser subsidiados, a não ser doados pelo Governo, a não ser para a exportação. Desse modo, continua a tentar “empurrar com a barriga” uma crise em que o capital – dinheiro, não podendo se transformar em forças produtivas benéficas para a sociedade, dirige-se, inexoravelmente, para a especulação, para o *over*, para a rentabilidade fácil e ampla que o Estado, até há pouco, fornecia aos banqueiros, também hoje quebrados” (Campos, 1996: 86).

Só que aqui estaremos diante de dois movimentos. Por um lado o Estado hipotecado ao capital financeiro: o governo emite títulos que serão apropriados pelo grande capital financeiro, que vai especular com eles, lucrar em cima dos juros; a acumulação do capital financeiro vai dar saltos, nutrida pelos juros oferecidos pelo Estado, por dinheiro fictício; os títulos do governo se tornam o principal filão do grande capital financeiro; a dívida pública torna-se astronômica, no caso dos EUA, a maior do mundo¹³.

Na economia real, o setor que mais vai atrair capitais é o complexo industrial-militar, em escala incomparavelmente maior do que a economia produtiva, de consumo, mesmo de consumo de luxo. Só que os dois movimentos se articulam: o grande capital financeiro, aquele que mais rapidamente acumula valor é quem controla o complexo industrial-militar, controla os grandes monopólios industriais que vendem equipamentos espaciais, militares e grandes empreendimentos para o Estado. Controla o setor mais lucrativo da economia, agora de uma economia que gera meios de destruição, de dissipação, que gera as não-mercadorias, na qualificação de Campos. O Estado se lança a investir (cria-se o departamento III¹⁴), e, conseqüentemente, se lança a acumular déficit e dívida:

¹³ No caso dos EUA, a dívida pública chega a equivaler a quase 80% do PIB hoje em dia. A do Brasil corresponde a uma proporção menor, às vezes gira em torno de 20% do PIB. Mas as agências internacionais do FMI forçam o Brasil ao equilíbrio fiscal, o mesmo equilíbrio que os Estados Unidos estão longe de ter.

¹⁴ Departamento III: representa o setor da economia onde são produzidas as não-mercadorias. Segundo Campos “A não-mercadoria (...) materializa o trabalho humano improdutivo, e representa o desvio de parte da potência social de trabalho para atividades não-reprodutivas: não-meios de consumo individual e não-meios-de-consumo-produtivo. No terciário não-tecnicamente necessário ao processo coletivo de trabalho e no resultado da produção capitalista que se situa “fora do comércio”, isto é, na parte que constitui monopólio do governo, subjazem as relações sociais de produção de não-mercadorias. Impossibilitada de assumir a forma mercadoria, devido à insuficiência da capacidade de consumo da coletividade, tal como se apresenta condicionada pela distribuição de renda no regime capitalista, uma parcela crescente das forças produtivas é sistematicamente desviada da esfera da produção e da reprodução. Assume a forma de não-mercadorias, não-meios-de-consumo-individual e não-meios-de-consumo produtivo, inacessíveis aos consumidores finais de mercadorias. Representa sua produção uma redução da taxa de desenvolvimento das forças produtivas”.. (Campos, 1974: p. IV).

apontando para cenários de crise da dívida pública.

No caso da América Latina, e diante da gigantesca dívida pública o máximo que um setor dos economistas da ordem consegue propor é exportar mais, fortalecer o setor exportador¹⁵.

Com isso, novamente propõe algo que não vai além da conjuntura: com o setor exportador e os mercados controlados por oligarquias financeiras, com as exportações em deterioração de preços frente aos importados, com a dívida crescendo mais rapidamente que receitas de exportação e, sobretudo, com o descaso para com o mercado interno de consumo de massa, a priorização do setor exportador é pouco mais que um delírio reacionário. A Tailândia, depois de uma fase de exportacionismo, bem nos moldes delfinianos, terminou explodindo¹⁶. E alimentando, em ambas as fases, com dólares gerados ali, na Tailândia, o capital especulativo internacional.

¹⁵ Os argumentos “exportacionistas” de Netto são uma constante; por exemplo, um deles: “No caso brasileiro, a grande transferência de propriedade para estrangeiros, as privatizações, os grandes déficits em conta corrente vão financiando um passivo externo que precisará ser servido no futuro. Se essa entrada de recursos externos que garante o financiamento do déficit, no presente, não for utilizada em *expansão produtiva de um setor exportador* extremamente competitivo, ela representará, no futuro, quando não houver mais nada para vender, uma ampliação persistente do déficit em conta corrente. Sem vigorosa *expansão das exportações*, o tempo que estamos comprando hoje não nos será vendido no futuro. Para expandir as exportações só há um caminho: transformar o setor no mais rentável da economia e dar garantia aos investidores de que essa condição continuará no futuro”. (Netto, 1997b). Aqui estamos diante de um Delfim clássico: comprometido com os interesses da oligarquia exportadora paulista, obcecado pelo “exportar é a solução”.

¹⁶ O que não leva Netto a tirar conclusões diferentes das de costume: “A crise da Tailândia nos ensina mais uma vez que a mãe de todos os fundamentais é a taxa de crescimento das exportações, que depois de crescerem espetacularmente durante anos caíram 2% em 1996. O déficit público e o déficit em conta corrente são importantes, mas são coadjuvantes. Enquanto as exportações cresciam (não havia déficit público), o déficit em conta corrente (8% do PIB) era aceitável, principalmente porque estava financiando investimentos” (Netto, 1997b). Grifo nosso. Seria absolutamente redundante dizer que tais posições são essencialmente ideológicas: não importa o custo social do exportacionismo capitalista, pouco importa se a Tailândia foi para o fundo do poço após o *boom* exportacionista, exportar será sempre a solução...

A crise de fundo, do sistema capitalista, converteu-se em crise da dívida pública. E, por isso mesmo, o *keynesianismo* toma a forma de uma *corcunda*, como dizem seus críticos, mas uma corcunda necessária para o sistema, como afirma Campos. O sistema carrega a morte, a destrutividade no bojo. Vive movido a dívida pública, a capital fictício (sacando do futuro) e montado na indústria de dissipação (o D III). É o paroxismo da crise, é a crise completa¹⁷.

O destaque aqui é para aquela contradição do processo: o capital especulativo é indissociável do chamado capital produtivo. A crise da dívida pública tem tudo a ver com a crise da economia real na medida em que a produção de mercadorias – seja bens de luxo, bens duráveis, não-duráveis ou bens de capital – não mais consegue sustentar a taxa média de lucro, porque ao atrair mais capitais, teremos, como consequência, a possibilidade de manifestação da baixa da taxa de lucro. Daí a colossal acumulação do capital (sobreacumulação), daí a especulação, daí aquela crise estrutural aqui descrita, na qual estão francamente e inseparavelmente envolvidos capital produtivo e capital especulativo.

“O mundo tem montanhas de dinheiro e não consegue investi-lo. Então ele foge para a especulação nas Bolsas até provocar a sua explosão, como ocorreu no sudeste asiático e em diversos outros países, ou vai comprar papéis do Governo. A dívida pública dos Estados Unidos é de 5,6 trilhões de dólares. Como é que um país que tem 5,6 trilhões de dívida pública pode dizer que é neoliberal, que o Estado deve desaparecer, deve emagrecer, quando ele está gordo, tem 5,6 trilhões só de dívida pública federal? Os Estados Unidos são o maior comprador do mundo. Um governo, como o americano, que gasta 1,6 trilhão por ano, não pode

¹⁷ É uma crise em que cada “solução” acumula maiores contradições, agrava a próxima crise, na argumentação clássica de Campos. Outros autores chegam a tocar neste ponto: “A possibilidade de se chegar a estágios cada vez mais profundos da crise sem resolvê-la se deve, em grande medida, a esse massivo poder de intervenção do Estado”, argumenta Mészáros, para, em seguida acrescentar que “nem mesmo a exploração ao máximo do enorme poder de intervenção do Estado é capaz de solucionar a crise, mas, pelo contrário, agravá-la mundialmente” (Mészáros, 1997:151).

deixar de gastar em armas obviamente” (Campos,2000: 71). E gasta: é ali, mais que no investimento produtivo que a taxa de lucros é mais expressiva¹⁸.

De todas essas considerações aflora uma observação essencial que escapa ao olhar conjuntural de Netto: investimento produtivo não é – por razões estruturais – que advêm daquele impasse que explodiu em 1929 – prioridade para a grande massa de capital acumulado e concentrado, monopolístico, para o capital financeiro hegemônico.

Logo, buscar recursos externos para aumentar o endividamento interno é “não compreender que esses empréstimos concedidos pela banca internacional são recursos que visam a satisfazer as necessidades da economia cêntrica e que os investimentos produtivos realizados na periferia do mundo, são feitos em *doses muito pequenas*. Japão, (...), Alemanha (...), os Estados Unidos não são alucinados de investir e criar indústrias no Brasil, na Argentina, no México para concorrerem com as indústrias nacionais daqueles países, disputando o estreito mercado que, a duras penas, já lutam por ele e que, em grande parte, inspiraram o processo de globalização. Uma globalização em que partes, peças e componentes são produzidos na economia cêntrica e exportados para serem montados na periferia, como aconteceu com o pobre México, cuja indústria automobilística parecia fazer sucesso; de repente, no entanto, verificou-se que 87% dos carros mexicanos tinham partes, peças e componentes importados, fabricados lá na Fiat, na Volkswagen, nas indústrias cêntricas e depois exportados para serem montados pelos trabalhadores mexicanos”. (Campos, 1996:68). Grifo nosso.

No entanto, o pensamento econômico *mainstream*, a la Delfim Netto, imagina captar capital estrangeiro produtivo para alavancar desen-

¹⁸ “O maior dos regimes neoliberais, os EUA do presidente Reagan, embora oficialmente dedicado ao conservadorismo fiscal (isto é, orçamentos equilibrados) e ao “monetarismo” de Milton Friedman, na verdade usou métodos keynesianos para sair da depressão de 1979-82, entrando num déficit gigantesco e empenhando-se de modo igualmente gigantesco a aumentar seus armamentos” (Hobsbawm, 1996, p.402).

volvimento nacional como estratégia para a América Latina, para o Brasil. Deixam de ver aquele processo analisado por Campos. Processo do qual aquele “malefício” da globalização (capital especulativo) criticado moderadamente por Netto é *consequência*.

Em outras palavras, a economia produtiva (o investimento produtivo) não vem sendo mais a prioridade do grande capital na economia cêntrica, e, por consequência, tampouco na periferia, na A. Latina, por exemplo (hoje exportadora líquida de capitais para a metrópole e sufocada por credores, vale dizer, pelo capital especulativo¹⁹). E, repito, é assim porque a taxa mais significativa de acumulação do capital, do capital especulativo que hegemoniza a economia real, se dá na esfera financeira, especulativa, naquele mercado de papéis do governo; a fração produtiva, por sua vez, encontra sua maior acumulação do capital lá no setor que vende equipamentos militares, espaciais e afins, para o Estado.

Como é que num processo dessa natureza se pode imaginar que o comportamento do capital financeiro mude? Que ele, o capital financeiro, e as frações do grande capital produtivo por aquele hegemonizadas, passem a assumir um comportamento que, nesta fase histórica, teria que ser o contrário dos seus interesses, o oposto do comportamento necessário para seguir adiante nos atuais patamares de acumulação do capital? Ou então como imaginar que o capital chamado produtivo se realoque, migrando de áreas mais lucrativas para áreas *menos* lucrativas?

Parte dessa discussão é já antiga. Os economistas que divergem do “pensamento único” sabem, de longa data, que é característica da época imperialista a fusão do capital industrial e bancário, dando lugar ao capital financeiro; este não apenas hegemoniza o capital produtivo como se lança, na condição de capital monopolista, a dominar a economia internacional (segundo Bukharin, Rosa, Lênin, Hilferding e outros autores). É o imperialismo. É uma marca estrutural desta fase capitalista

¹⁹ A conta de capitais da América Latina é negativa: no médio prazo, remete-se muito mais dólares em juros e lucros do que o montante dos capitais que aqui ingressam (Benjamin; Araújo, 1996: 89).

(século XX), característica que vai ao auge com a globalização, a tendência à universalidade, à mobilidade planetária e à dispersão (e concentração) do capital financeiro, a força viva do imperialismo. Ou do *neoimperialismo* (Campos). Ou da *fase superior do imperialismo* a que se refere Milton Santos²⁰.

Considerações finais

Se voltarmos àquelas considerações iniciais de Netto sobre o defeito ou os excessos que acompanham a globalização (especulacionismo, muita liberdade e mobilidade para o capital especulativo) vamos nos deparar, portanto, com alguns problemas. Não estamos aqui diante de uma mera negatividade ou mesmo mal menor (ou ônus passageiro) da globalização como crê Netto²¹. A globalização é isto. Ela é todo o resto - a telemática e a informatização mundial, a globalização econômica, cultural, comercial, a comunicação planetária em tempo real, etc. -, mas está comandada pelo capital. Pelo grande capital, hoje hegemônico, em todas as suas formas, pelos interesses e pelos movimentos do grande capital especulativo²².

²⁰ A este respeito vale consultar a retrospectiva histórica muito bem escrita por Sader sobre o século XX, para ele, “o século do imperialismo” (Sader:2000).

²¹ Estes são os argumentos mais recorrentes da base política do governo Fernando Henrique no Congresso Nacional: estamos apenas diante de percalços da globalização, nada que o tempo ou leis regulacionistas não resolvam. Naturalmente desde que tanto o tempo quanto as leis reguladoras do capital especulativo respeitem o sagrado direito à propriedade privada do grande capital e dos meios de produção. Dito de outra forma: como é que Estados (como o norte-americano e os latino-americanos exceto Cuba) hipotecados ao grande capital especulativo, os governos reféns dele, terão autonomia e ousadia de regulamentar o grande capital especulativo a não ser para favorecê-lo?

²² Uma vez que “está em curso uma crescente integração dos circuitos financeiros em âmbito internacional, sob o comando do capital financeiro dos países centrais, o neoliberalismo afirma que existe globalização do conjunto da economia, quando, na verdade, o que há é a tentativa de redivisão do mundo e o reforçamento das fronteiras econômicas das regiões sob o comando dos monopólios das grandes potências”

Tanto assim que as medidas dos governos capitalistas não evitaram que o capital financeiro viesse a se descolar como nunca da produção, o que anuncia a ida da crise para baixo, rumo às profundezas do poço. O que inclui, nessa fase neoliberal, **ataque** ao movimento e às conquistas da classe trabalhadora e ao *Estado de proteção social* no sentido de forçar uma brutal extração da mais-valia, de elevar a taxa de exploração: impondo-se contra os movimentos sociais, arrojando salários, “flexibilizando” regras contra a força de trabalho, informatizando e automatizando a nova economia, o capitalismo tenta sair daquela estagnação em que se arrasta desde os anos 70. Dentro daquele esforço está a drenagem de capitais e rendas da periferia do sistema, e o sentido geral da própria mundialização do capital.

Mundialização cujo movimento este que se dá centralizado no terreno de suas frações hegemônicas, as do capital financeiro, volátil, em suas inseparáveis relações e articulações com o capital produtivo. E com epicentro no imperialismo norte-americano. “No que diz respeito à América Latina, passada a fase aguda da crise da dívida - que pode voltar -, ficamos expostos ao mesmo descontrole que hoje devasta as economias da Ásia, de modo que o fundo do poço tornou-se a nossa morada” (Benjamin, 1998:132-3).

Em suma: não dá para separar capital produtivo de capital especulativo nos termos de Delfim Netto. O mundo capitalista moderno não funciona desta forma. Governos como os da América Latina em geral não terão como atrair “um” capital SEM sofrer os efeitos dos movimentos e dos interesses do “outro”, no caso, o hegemônico. Um exemplo vivo a esse respeito é o caso recente do projeto *Sivam* (Sistema de Vigilância da Amazônia): os credores internacionais só emprestam capital para

(Souza,1995:18). Para se ter uma idéia, e segundo dados da própria ONU, “só a *General Motors* tem uma economia maior que a de 130 países” (idem: 41). “Sob o manto da liberdade de mercado, esconde-se a tentativa do capital monopolista dos países centrais: eliminar todos os obstáculos em seu caminho, quer dizer, o que ele quer é ampliar, de forma ilimitada, a sua já ampla liberdade para invadir o mundo inteiro com seus capitais e suas mercadorias, realizando uma nova redivisão do mundo...” (idem: 19).

instalação dos radares na Amazônia brasileira, se o governo comprar os equipamentos da empresa ligada a eles, aos credores²³!

Separar capital financeiro de capital produtivo é o mesmo que ignorar o todo, desconhecer aquele quadro dinâmico e estrutural da crise do capital nos nossos tempos (com o fracasso da economia produtiva em sua condição de locomotiva do sistema) e é o mesmo que por entre parêntesis a divisão internacional do trabalho, e o caráter supranacional das forças produtivas modernas, a existência do mercado mundial capitalista e a hegemonia internacional do capital financeiro sobre a economia produtiva em geral.

Contando com este pano de fundo de Campos e voltando ao terreno daquela concepção de uma globalização “defeituosa” e de um capital financeiro a ser domado, podemos acrescentar ainda o seguinte: aquela tendência a apenas fotografar um momento do processo (comportamento de “manada” do capital financeiro), a limitar as análises a conjunturas, conduz a um entendimento, em grande medida, reducionista da realidade.

²³ “O *Sivam* resultou de um empréstimo de 1,3 bi de dólares, que o *Eximbank* fez para que o Brasil comprasse, já carimbado nesse mundo da livre concorrência, de uma firma, a *Raytheon*, dos Estados Unidos. Que concorrência é essa? O Brasil toma 1,3 bi de dólares e não pode adquirir, no território nacional, nenhum componente do *Sivam* e é obrigado a comprar de uma fábrica de armas e munições, fornecedora desses materiais para o governo norte-americano. E apenas dela, qualquer que fôsse o preço” (Campos, 2000: 100). Tem sido um processo constante, característico do imperialismo em suas diversas fases. No pós-Guerra se deu algo semelhante, como argumenta Campos: “Tal como aconteceu na crise de conversão da economia norte-americana, logo após a Segunda Grande Guerra, quando o Brasil destruiu reservas internacionais de 500 milhões de libras e recorreu a empréstimos externos a partir de 1948, as bugigangas modernas, vendidas pela CIA, pelo presidente Clinton e por outros ilustres representantes brasileiros dos interesses estrangeiros, têm como função principal *impedir a falência das indústrias de ponta* diante do enxugamento do orçamento federal e das despesas do governo do *Tio Sam*”. (Campos, 1996: 17). Grifo nosso. Mais um argumento de Campos: “A globalização, isto é, a nova divisão internacional da produção, do emprego, do mercado, do poder e da tecnologia só será útil para os Estados Unidos na medida em que os gastos de seu governo, que elevaram a dívida pública a 4,9 trilhões de dólares, puder encontrar parceiros no resto do mundo. Novamente a periferia dominada a importar os “bens e serviços” que as empreiteiras e fornecedoras dos serviços de defesa, de segurança, de telemática não podem vender para o governo federal dos Estados Unidos, em dieta neoliberal de emagrecimento”. (Campos, 1996: 12).

Em outros termos, tende-se a uma minimização de aspectos que fazem toda a diferença²⁴. Por exemplo, como conceber que países dominados pelo capital financeiro (uma Argentina, por exemplo, ou o próprio Brasil, submetido ao torniquete da dívida e à internacionalização do capital) teriam poder de barganha para induzir investimentos produtivos estrangeiros de forma relevante para o desenvolvimento da economia local? É certo que os fluxos de investimentos produtivos para certos países da América Latina não se interromperam, apesar de suas reduzidas dimensões, eles continuaram acontecendo, no entanto, o dado decisivo, vale repisar, é que eles estão subsumidos aos interesses maiores do capital financeiro²⁵.

Esta é uma das razões pelas quais se explica que tenha *saído muito mais dólares* do que o que tenha entrado. A sangria de dólares da América Latina para a metrópole recrudesciu. Ou seja, mesmo com algum fluxo de capital produtivo mas estamos diante de economias emperradas, em permanente perda de divisas e de patrimônio produtivo (privatizações), atadas por uma colossal dívida externa. Com mais ou com menos capital produtivo, as travas globais continuam operando. A economia global é monopolizada, o grande capital é centralizado. Os grandes monopólios

²⁴ Referindo-se aos que denunciam apenas superficialmente “os efeitos perversos do capital volátil”, Luís Fiori argumenta que aquilo que esses “otimistas ingênuos” não viram foi “a dimensão da luta pelo poder e riqueza mundial que esteve na origem da globalização recente da economia capitalista e hoje erram de novo desconhecendo que a “volatilidade do capital” é apenas uma das manifestações da nova forma de organização e funcionamento do capitalismo mundial” (Fiori, 1995:5). Grifo nosso.

²⁵ E ao se mencionar capital produtivo não se pode deixar de situá-lo nesta fase de início de século onde se desenvolve a passos largos o processo da *reestruturação produtiva*: o complexo microeletrônico tende a se sobrepor, em importância, ao complexo metal-mecânico, que foi o carro-chefe do século XX. Ora, é precisamente o grande capital imperialista, monopolista, que controla aquela *reestruturação produtiva*. Nesta medida, “atrair capital produtivo” equivale a internacionalizar a economia local, repassar o controle das alavancas econômicas locais para a metrópole. É o que já está em marcha a passos largos com as políticas neoliberais. Sendo que o verdadeiro papel internacional do Brasil é ainda mais melancólico: “patrocinador da valorização dos capitais na esfera financeira” (Benjamin; Araújo, 1996: 30) através dos juros altos, etc.

capitalistas controlam a grande indústria e, por tabela, a tecnologia de ponta, a que decide²⁶. Por isso, não há como “gerenciar” o capital financeiro em favor da periferia ou corrigir a tal negatividade da globalização mencionada por Netto e outros.

Podemos preliminarmente concluir nossas considerações finais com as palavras de Luís Fiori: “acuados, os monetaristas que comandam a política econômica da maioria dos países capitalistas perdedores no jogo financeiro global começam hoje a implorar pela re-regulamentação dos mercados. Mas seguem desconhecendo o fato que colocar em julgamento a ‘especulação’ e sugerir que ela poderia ser exterminada graças a medidas menores, do tipo taxa Tobin, somente serve para ocultar as dimensões sistêmicas do regime mundial das finanças de mercado, bem como dos fundamentos de caráter rentista dos mecanismos de determinação das taxas de juros e das taxas de câmbio. Como as teorias monetaristas não dão conta dos privilégios que o novo sistema outorga aos EUA e aos países detentores de moedas fortes, os seus defensores periféricos acabam depositando todas as suas esperanças num gesto benevolente dos que são os maiores beneficiários do novo regime das finanças desreguladas. Triste fim o da cretinice econômica, pior ainda o dos países perdedores, governados por esses idiotas” (Fiori, 1999: 5).

²⁶ Não existe sequer a mencionada “liberdade” de investimentos diretos, um fluxo do capital industrial que um autor sério pudesse qualificar como de “livre mercado”. Os investimentos, os mercados, a tecnologia são monopolizados. NOVE países dominam 96% das 200 empresas gigantes do mundo, e controlam 96% do seu volume de vendas. A maioria esmagadora daquelas “duzentas grandes irmãs” são baseadas no Japão, EUA, Alemanha e França, segundo dados do *Le Monde Diplomatique* de abril de 1987, citados na revista *Princípios* (Sem autor, 1997a:700).

Bibliografia

- BAMBIRRA, Vania, 1990. *El capitalismo dependiente latinoamericano*. 13ªed. México: Siglo Veintiuno Editores. Primeira edição em 1974.
- BENJAMIN, César (et. Alli), 1998. *A opção brasileira*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BENJAMIN, César; ARAÚJO, Tânia Bacelar. 1996. *Brasil: reinventar o futuro*, 2ªed. Rio de Janeiro: Sindicato dos Engenheiros do Estado do Rio de Janeiro
- BETHELL, Leslie (ed.), 1997. *História de América Latina, vol.12*. Barcelona: Crítica.
- CAMPOS, Lauro, 1974. *Mecanismos de Sustentação do Crescimento II – As Agendas*, Textos para Discussão, no 13, UnB,1974.
- CAMPOS, Lauro, 1996. *Teses e antíteses*. Brasília: Senado Federal.
- CAMPOS, Lauro, 1997. *Neoliberalismo & barbárie*. Brasília: Senado Federal.
- CAMPOS, Lauro, 1999. *Inflação: um problema metodológico (Além do estruturalismo enganado)*. Brasília: Senado Federal.
- CAMPOS, Lauro, 2000. *O Brasil de bandeja: reflexões sobre o neo-entreguismo e o desfazimento do Estado*. Brasília: Senado Federal.
- CARCANHOLO, Reinaldo A.; NAKATANIPaulo, 1998. *O capital especulativo parasitário: uma precisão teórica sobre o capital financeiro, característico da globalização*. Em Encontro Nacional de Economia Política (3.:1998: Niterói). Anais... – Niterói: EdUFF, 1998. 2v.:II. P.304-316.
- CARDOSO, Ciro Flamarion, BRIGNOLI, Héctor Pérez, 1983. 3ªed. *História econômica da América Latina*. Rio de Janeiro: Graal.
- CHESNAIS, François, 1996. *A mundialização do capital*. São Paulo: Xamã.

- FIORI, José Luis. 1999. *Cretinismo econômico*. Folha de São Paulo, São Paulo, 10 jul 1999. Cad.Especial, Jornal de Resenhas, p.5.
- GILL, Louis, 1983. *Économie mondiale et imperialisme*. Montreal, Canada: Boreal Express.
- GONÇALVES, Reinaldo; POMAR, Valter, 2000. *O Brasil endividado: como nossa dívida externa aumentou mais de 100 bilhões de dólares nos anos 90*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- HOBBSAWM, Eric, 1996. *A era dos extremos: o breve século XX: 1914-1991*. 2ªed. São Paulo: Cia. das Letras.
- KUCINSKI, Bernardo; BRANFORD, Sue, 1987. *A ditadura da dívida: causas e conseqüências da dívida latino-americana*. São Paulo: Brasiliense.
- LORES, Raul Juste, 2000. *O turbilhão que engole a Argentina*. Revista Veja, 15 nov. 2000
- LOWY, Michael (org), 1999. *O marxismo na América Latina – uma antologia de 1909 aos dias atuais*. SP: Editora Fundação Perseu Abramo.
- MARINI, Ruy Mauro, MILLÀN, Mária (coord.), 1995. *La teoría social latinoamericana: La centralidad del marxismo, Tomo III*. México: Ediciones El Caballito.
- MÉSZÁROS, István, 1997. *Ir além do capital*, em *Globalização e socialismo*, COGGIOLLA (org), São Paulo, Xamã, p.143-154.
- NETTO, Antonio Delfim, 2000. *Liberdade para os capitais*, Folha de São Paulo, São Paulo, 15 nov 2000, p.2
- NETTO, Delfim, 1997a. *Apreensão infundada*, in Folha de São Paulo, São Paulo, 3 set 1997, p.2, cad.1

NETTO, Delfim, 1997b. *Tailândia e Molière*, in Folha de São Paulo, São Paulo, 23 jul 1997, p.2.

SADER, Emir, 2000. *Século XX, uma biografia não-autorizada: o século do imperialismo*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.

SANTOS, Theotônio dos, 1993. *As ilusões do neoliberalismo*. Revista Carta. Brasília: Gabinete do Senador Darcy Ribeiro, pp.29-50, n.8.

SOUZA, Nilson Araújo de. 1995. *O colapso do neoliberalismo*. São Paulo: Global.

WALLERSTEIN, Immanuel; BALIBAR, Étienne. 1997. *Race, nation, classe: les identités ambiguës*. Paris: Le Découverte.

Outras fontes:

Sem autor. *Duzentas multinacionais mandam no mundo*, 1997a Revista *Princípios* (revista teórica, política e de informação), São Paulo: Editora Anita, agos/set/out 1997, no.46,

Sem autor. *Pax Americana*, 1997b. Revista *Princípios* (revista teórica, política e de informação), São Paulo: Editora Anita, agos/set/out 1997, no.46.

ABC da dívida externa: a vida antes que a dívida, 1999. (Coordenadoria Ecumênica de Serviços-CESE/ Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil-CONIC).

Textos para Debate Internacional. *Dívida externa e dependência: os dilemas do desenvolvimento*. 2000. São Paulo: CUT (Central Única dos Trabalhadores) e CFDT (Confederação Francesa Democrática do Trabalho).

Fontes digitais (web):

Comitê pela Anulação da Dívida Externa do Terceiro Mundo – CADTM:
<http://www.users.skynet.be/cadtm>

Fundo Monetário Internacional: <http://www.imf.org>

LAHÒZ, André, GRADILONE, Cláudio. *A Argentina quebrou?*
<http://www.exame.com.br> . Em 15/11/2000 /

SOTELO, Adrián. 2000. Globalización: ¿Estancamiento o crisis em América Latina?, datado de 26 jul. 2000, do site: www.rebelion.org

TOUSSAINT, Eric. *De Norte a Sur: crisis de la deuda y planes de ajuste*.
Traducción Susana Merino. Site da web: <http://users.skynet.be/cadtm/espnsad.htm> . Em 13/11/00.

TOUSSAINT, Eric. *Nueva crisis de la deuda* Site da web:
<http://users.skynet.be/cadtm/espnsad.htm> . Em 13/11/00.

